



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO  
QUADRIÉNIO DE 2005/2009**

**ACTA NÚMERO DEZANOVE**

**----- ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO, REALIZADA NO DIA 27 DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E NOVE. --**

----- Aos vinte e sete dias do mês de Fevereiro de dois mil e nove, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu, ordinariamente, a Assembleia Municipal de Vimioso, conforme ponto um do artigo quadragésimo nono da lei número cento e sessenta nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro alterada pela lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

**Ponto Um) – Apreciação e votação da acta da reunião ordinária de doze de Dezembro de dois mil e oito. -----**

**Ponto Dois) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----**

**Ponto Três) – PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----**

**Ponto Três Ponto Um) – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à Actividade Municipal. -----**

**Ponto Três Ponto Dois) – Apreciação e Votação da Modificação número: dois – Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) número um para o ano financeiro de dois mil e nove. -----**

**Ponto Três Ponto Três) – Apreciação e Votação da Modificação número: dois – Revisão ao Orçamento da Receita número um para o ano financeiro de dois mil e nove. ----- Ponto**

**Três Ponto Quatro) – Apreciação e Votação da Modificação número: dois – Revisão ao Orçamento da Despesa número um para o ano financeiro de dois mil e nove. ----- Ponto**

**Três Ponto Cinco) – Apreciação e Votação da Proposta de Extinção da Comunidade de Trás-os-Montes (ComUrTM). ----- Ponto**

**Três Ponto Seis) – Apreciação e Votação da Transferência do Montante proveniente da Liquidação da (ComUrTM) para a (CIM-TM). -----**

**Ponto Três Ponto Sete) – Eleição dos Representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia da Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes**

(CIM-TM). -----

**Ponto Três Ponto Oito) – Apreciação e Votação da Adesão do Município de Vimioso ao Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial “Duero-Douro” sob o acrónimo Duero-Douro AECT e respectivos Estatutos. -----**

**----- Ponto Três Ponto Nove) – Outros assuntos de interesse para o Município. -----**

**----- Ponto Quatro) – PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA. -----**

----- Pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dado início à sessão tendo passado a palavra à senhora segunda Secretária para verificação das presenças. Compareceram os senhores: José António Cerqueira da Costa Moreira, José Carlos Vaz Gonçalves, Vítor Pereira Paiva Nogueira, Norberto Francisco Machado da Veiga, António Eduardo Frias Martins, Aníbal Alves do Rosário, Ilda de Fátima Fernandes Martins, José Luís Pires Rodrigues, Luís Ventura Diz, Acácio António Afonso Fernandes, Manuel João Ratão Português, Faustino dos Santos T. Gonçalves Pissarro, Nuno dos Santos Penascais Martins, Manuel Fernandes de Oliveira, Luís Manuel Tomé Fernandes, Vítor Manuel Fonseca Pires, António Augusto Xavier Alves, José Maria João de Quina, Sérgio Augusto Pires, Domingos David Sardinha Pimentel, Marcolino Rodrigues Fernandes, António Bartolomeu Vaz Carvalho, Manuel Pascoal Lopes Padrão, Emídio Martins Domingues, José António Ramos Fernandes, Aníbal Augusto João Delgado, Paula da Felicidade Ferreira Martins e Manuel Delfim Martins Miranda.

----- Registou-se a falta do senhor deputado, César Manuel Veiga Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia de Matela. ----- Estiveram presentes, de acordo com o ponto três do artigo quadragésimo oitavo da lei número cento e sessenta nove, de dezoito de Setembro, alterada pela lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, O Senhor Presidente da Câmara José Baptista Rodrigues e os Senhores Vereadores, António Jorge Fidalgo Martins e Jorge dos Santos Rodrigues Fernandes. -----O Senhor Presidente da Assembleia apresentou os sentimentos ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, Vítor Pires, pelo falecimento do seu pai. Propôs ainda à Assembleia, um minuto de silêncio em homenagem ao senhor Teófilo Pires. Cumriu-se um minuto de silêncio. -----

----- Ainda pela senhora segunda secretária, foi dado conhecimento da correspondência recebida desde a última sessão da Assembleia. -----

**Ponto Um) – Apreciação e votação da acta da reunião ordinária de doze de Dezembro de dois mil e oito. -----**

Uma vez que todos os elementos estavam na posse da acta, enviada antecipadamente, o senhor Presidente da Assembleia questionou se alguém pretendia intervir. Não tendo havido pedidos de intervenção a acta foi colocada à votação tendo sido aprovada por maioria, com a abstenção da senhora deputada Paula Martins, que justificou o seu sentido de voto pelo facto de não ter estado na sessão. -----

**--- Ponto Dois) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.-----**

--- Não houve intervenções. -----

**----- Ponto Três) – PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----**

**----- Ponto Três Ponto Um) Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à Actividade Municipal. -----**

----- Estando todos os membros na posse da informação escrita, enviada antecipadamente, não houve pedidos de intervenção. -----

**- Ponto Três Ponto Dois) – Apreciação e Votação da Modificação número: dois – Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) número um para o ano financeiro de dois mil e nove. -----**

**Ponto Três Ponto Três) – Apreciação e Votação da Modificação número: dois – Revisão ao Orçamento da Receita número um para o ano financeiro de dois mil e nove. -----**

**Ponto Três Ponto Quatro) – Apreciação e votação da Modificação número: dois – Revisão ao Orçamento da Despesa número um para o ano financeiro de dois mil e nove. -----**

----- O senhor Presidente da Assembleia sugeriu, e foi aceite pela Assembleia, que os pontos três ponto dois, três ponto três e três ponto quatro da ordem de trabalhos, dada a sua complementaridade fossem discutidos em conjunto, sendo que, a votação ocorreria ponto a ponto (individualmente). -----

Para introduzir este ponto usou da palavra o senhor Vice-Presidente. Referiu que o que estava em causa era uma alteração ao Plano Plurianual de Investimentos (três ponto dois) donde decorriam obrigatoriamente alteração ao orça-

mento da receita (três ponto três) e da despesa (três ponto quatro). Continuou dizendo que estas alterações respeitam à rubrica do Grande Campo de Jogos com relvado sintético, em que, existindo já conhecimento do montante do financiamento (cerca de setecentos mil euros) essa verba, que antes era apresentada no Plano como indefinida, transitava agora, para o campo da verba definida. Não tendo havido pedidos de esclarecimentos nem intervenções o senhor Presidente da Assembleia colocou cada um dos pontos à votação tendo, todos eles, sido aprovados por maioria com a abstenção do senhor deputado José Luís Rodrigues. Colocados à votação em minuta foram todos aprovados por unanimidade.

----- **Ponto Três**  
**Ponto Cinco) Apreciação e Votação da Proposta de Extinção da Comunidade de Trás-os-Montes (ComUrTM).** ----- **Ponto Três**  
**Ponto Seis) – Apreciação e Votação da Transferência do Montante proveniente da Liquidação da (ComUrTM) para a (CIM-TM).** ----- O senhor Presidente da Assembleia, dada a complementaridade dos assuntos, propôs, e foi aceite, que fossem discutidos em conjunto e votados de-per-si. -----

----- Introduziu estes pontos o senhor Presidente da Câmara. No uso da palavra, referiu que no anterior mandato tinha sido constituída a Comunidade Urbana de Trás-os-Montes sem que, na prática, nunca tivesse funcionado, ainda que o Governo tivesse transferido para a mesma verbas em função dos municípios constituintes, sendo que, a verba correspondente ao de Vimioso era de dezoito mil cento e setenta euros. Dado que, no decurso da actual legislatura o Governo legislou no sentido da criação de Comunidades Intermunicipais, sendo que o nosso município integra a de Trás-os-Montes, em reunião desta, foi deliberado extinguir a Comunidade Urbana de Trás-os-Montes e transferir as verbas de cada município para a respectiva Câmara Municipal para, cada uma delas, a transferir para a nova Comunidade Intermunicipal. Dado que quer a extinção da Comunidade Urbana, quer a transferência das verbas para a nova comunidade, carecem da aprovação da Assembleia Municipal, coloca-se à mesma a apreciação e votação respectivas. ----- No uso da palavra o senhor deputado Vítor Paiva referiu que a extinção da Comunidade Urbana mais não era do que uma antecipação dessa extinção, pois que, o Ministério Público tinha solicitado a inconstitucionalidade da mesma donde, seria extinta por deci-

são judicial. ----- Não havendo mais intervenções ambos os pontos foram colocados (individualmente) à votação, tendo ambos sido aprovados por unanimidade e em minuta. -----

----- **Ponto Três Ponto Sete) – Eleição dos Representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia da Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes (CIM-TM).** ---

----- Introduziu este ponto o senhor Vice-presidente. Referiu que com a extinção da Comunidade Urbana de Trás-os-Montes, torna-se agora necessário dar corpo aos órgãos que constituem a Comunidade Intermunicipal. Os Órgãos que constituem a Comunidade Intermunicipal são: a Assembleia Intermunicipal e o Conselho Executivo (Lei número quarenta e cinco de dois mil e oito de sete de Agosto). Relativamente à Assembleia Intermunicipal, uma vez que do Conselho Executivo fazem parte os quinze Presidentes de Câmara dos Municípios que integram a Comunidade Intermunicipal, o que diz a Lei, no seu artigo onze, alínea a) ponto dois, é que a Assembleia Intermunicipal é constituída por membros de cada Assembleia Municipal eleitos de forma proporcional nos seguintes termos: três nos municípios até dez mil eleitores que é o nosso caso. Só podem votar e ser eleitos os membros que foram eleitos para a Assembleia Municipal, ou seja, os senhores Presidentes da Junta de Freguesia não podem ser eleitos para esta Assembleia nem podem votar nesta eleição dos representantes. A eleição ocorre em cada Assembleia pelo colégio eleitoral constituído pelo conjunto dos membros da Assembleia Municipal eleitos directamente, Terminou dizendo que competia a cada grupo municipal a apresentação de listas. -----

----- Interveio o senhor deputado Vítor Paiva tendo proposto ao grupo municipal do Partido Socialista a apresentação duma só lista constituída por dois elementos do PSD e um do PS e ainda com os respectivos suplentes. A fim de ser tratada/acordada a constituição da lista solicitou ao senhor Presidente da Assembleia uma interrupção da sessão de dez minutos. A sessão foi interrompida. Retomados os trabalhos apresentou a seguinte lista: membros efectivos: Vítor Pereira Paiva Nogueira (PSD), Manuel Fernandes Oliveira (PSD) e José Carlos Vaz Gonçalves (PS). Membros suplentes: Luís Ventura Diz (PSD), Nuno dos Santos Penascais Martins (PS). Decorreu a votação tendo a lista apresentada, sido eleita com os votos de todos os senhores

deputados presentes. -----

----- **Ponto Três Ponto Oito) – Apreciação e Votação da Adesão do Município de Vimioso ao Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial “Duero-Douro” sob o acrónimo Duero-Douro AECT e respectivos Estatutos.** -----

Foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara para introduzir este ponto. Referiu que o Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Duero-Douro é uma figura jurídica adequada à execução de acções e /ou projectos de cooperação de parceiros portugueses e espanhóis, em particular as que sejam cofinanciadas pela União Europeia. Além disso permite facilitar e acompanhar a realização de acções de cooperação territorial que não tenham participação da União Europeia. Neste sentido e atendendo a que os municípios vizinhos integrarão este agrupamento e atendendo ainda à possibilidade de serem obtidos financiamentos nas mais deferentes áreas considerou importante a aprovação da adesão do município. Sublinhou o principal objectivo do AECT, a saber: facilitar e promover a cooperação territorial entre os seus membros no sentido de reforçar a coesão económica e social. Apontou para os estatutos do agrupamento reforçando a importância para o município em aderir. Posto à votação este ponto o mesmo foi aprovado por unanimidade e em minuta. -----

----- **Ponto Três Ponto Nove) – Outros assuntos de interesse para o Município.** -----

----- O senhor deputado José Carlos Gonçalves interveio tendo apresentado o assunto relacionado com o abastecimento de água a Vimioso designadamente os problemas que ocorreram a nível da qualidade da água distribuída.” Tivemos o problema da água em Vimioso devido à fraca precipitação que ocorreu ou tem vindo a ocorrer aqui no município de Vimioso e quase em Portugal inteiro. Vimos as dificuldades que houve no abastecimento de água. Seria bom pensar, a longo prazo e resolver este problema que é um problema que pode acontecer de momento para o outro e nunca se sabe se eventualmente se neste ano no Outono /Inverno não iremos ter os mesmos problemas. Eu não falo propriamente da qualidade, é mais a quantidade de água que falta no concelho. Temos aqui três rios que delimitam de certa forma o concelho de Vimioso e temos o problema da falta de água. Claro que há o problema da mini-hídrica, o senhor Presidente provavelmente já irá dizer em que situação se encontra o

caso da mini-hídrica ou se eventualmente haverá mais algum tipo de projectos que a Câmara esteja a pensar levar a efeito. É um problema que temos que resolver a curto e médio prazo, nunca se sabe aquilo que o futuro nos irá reservar.” ----- Para responder foi dada a palavra ao senhor Vice-Presidente.” Como é sabido houve de facto problemas de turvação na água que afectaram fundamentalmente Vimioso, menos Campo de Víboras, mas também Algosos com alguma intensidade. Imediatamente o problema foi colocado à empresa que coloca a água nos depósitos. Houve também alguma responsabilidade da empresa que a assumiu. Ninguém está livre destes percalços. Há também o problema, de facto, da qualidade da água, fundamentalmente do Angueira, porque do outro lado, a água do Maçãs que abastece o outro lado do concelho não houve problema. Quanto às medidas que já foram tomadas, já foram tomadas muitas e elas constam dos vários relatórios da informação escrita do senhor Presidente da Câmara. Lembro que, já desde o início até do final do anterior mandato, ou pelo menos do início deste, foram lançados concursos para alteamento dos açudes quer do Maçãs quer do Angueira e toda a gente sabe os problemas que temos tido com o ICNB para dar pareceres favoráveis sobre essas albufeiras. Para minorarmos o problema da água foi, na altura em que havia menos água no rio, feita a limpeza da zona da ETA do Angueira e está a decorrer um concurso público para a construção de mais uma estação de tratamento de águas no Angueira para, exactamente, reforçar a capacidade de tratamento. Lembro que houve uma deliberação da reunião de Câmara no sentido de descontar cinquenta por cento dos consumos de água para a freguesia de Vimioso, Campo de Víboras e Algosos que foram de facto aquelas que mais foram afectadas. Essa decisão foi tomada, esses custos serão imputados à empresa, pois ela própria assumiu as responsabilidades. Para concluir que, de facto tem sido uma preocupação nossa a qualidade e o abastecimento de água às populações e estamos a tomar exactamente medidas nesse sentido. Relativamente à mini-hídrica, como sabem, há o parecer que é conhecido do ICNB que dá o parecer negativo e o senhor Presidente da Câmara relativamente à mini-hídrica e à ligação de Vimioso/Outeiro IP4 futura A4 fez chegar a todos os deputados da Assembleia da República a aos vários Ministérios que têm responsabilidades quer a nível de estradas quer a nível de ambiente a sua frustração e a sua

indignação que acaba por ser a do concelho relativamente ao impasse que se tem criado. Acho que isto é público já tem vindo nos jornais, portanto nós temos feito a pressão que podemos fazer.” -----

----- O senhor deputado Vítor Paiva questionou em que ponto se encontra o assunto das micro-hídricas, tendo dado conhecimento que no concelho de Bragança freguesia de França os trabalhos dessa natureza estão mais adiantados. -----

----- Respondeu o senhor Vice-Presidente. Informou que a empresa Hidroequador, a única que mostrou interesse na exploração hídrica dos moinhos e açudes do Angueira e Maçãs tem vindo a contactar os particulares sendo que a própria Câmara e Assembleia deliberaram integrar uma sociedade com essa firma. Alertou para o facto de os processos serem morosos recordando que o processo da mini-hídrica se iniciou em dois mil e dois. Fez votos para que estas iniciativas tivessem resultados positivos. -----

----- Interveio o senhor deputado José Luís Rodrigues. Relativamente à gestão da água, considerou que existiam medidas a tomar e que no imediato ajudariam a resolver o problema, como sejam: um maior cuidado, controlo das fugas e sua reparação bem como uma maior fiscalização junto dos consumidores a fim de evitar “abusos” e “fraudes”. Apresentou à Assembleia e ao seu Presidente, em particular, o pedido de suspensão do mandato justificando não se sentir em condições de continuar, por ora, o seu mandato, tendo referido que tinha gostado de trabalhar com toda a Assembleia. -----

O senhor Presidente da Assembleia referiu que o pedido seria aceite tendo solicitado ao senhor deputado que reconsiderasse a sua decisão agradecendo todo o trabalho desenvolvido. -----

No uso da palavra o senhor Vice-Presidente respondeu às sugestões apresentadas pelo senhor deputado José Luís relativamente à gestão da água. Sublinhou que as medidas apresentadas, há muito tempo que estão a ser implementadas pela Câmara. Concretizou, informando que está a ser feito o levantamento casa a casa, consumidor a consumidor, a fim de serem detectadas eventuais anomalias e/ou incumprimentos. Relativamente às fugas sublinhou que tem sido reforçada a vigilância nas condutas e sempre que se tem conhecimento de uma fuga, de imediato se procura solucioná-la. -----

O senhor deputado Vítor Paiva interveio, tendo-se dirigido ao senhor deputado José Luís

Rodrigues.” Senhor José Luís eu lamento a sua decisão. Não sei quais são os motivos, ouvi-os agora. Às vezes consta-nos qualquer coisinha ao ouvido. Não me constou nada. Se é por doença eu lamento imenso, se não é por doença eu não lamento. Não me sinto feliz que um adversário político como V.Ex<sup>a</sup>., que tem dado luta nesta Assembleia, se vá assim embora desse modo. Ser adversário político de qualquer um não é ser inimigo. A democracia compõe-se de pluralidade de ideias plurais de ideais que nós confrontamos e depois vamos ver qual é a melhor e qual é a melhor solução para darmos a este povo a esta região uma vida melhor e contribuamos todos para essa vida melhor. A democracia é isto no meu entender e V.Ex<sup>a</sup>. foi sempre um democrata. Estou aqui há doze anos e temo-nos confrontado sempre com uma correcção sempre com um planear de ideias, e eu lamento se é por uma simples posição pessoal lamento, e aqui apelo a que reconsidere porque faz falta nesta Assembleia.” Continuou, tendo deixado o desafio aos senhores Presidentes de Junta de Freguesia no sentido de incentivarem as pessoas a reconstruir as casas com materiais tradicionais (ex. xisto), permitindo, quem sabe, conseguir-se que uma aldeia pudesse ser conhecida como a aldeia do xisto. -----

----- No uso da palavra o senhor deputado Aníbal do Rosário mostrou-se solidário com o senhor deputado José Luís Rodrigues tendo referido que” o José Luís tem mostrado nesta Assembleia que é um homem democrata, um homem que defende as suas ideias, umas vezes mais exaltado, outras vezes menos mas todos nós temos o nosso feitio. Feita uma retrospectiva e uma avaliação da nossa Assembleia no início ainda empolgados talvez pelas campanhas eleitoralistas ou politiquices, mas desde início se assentou num princípio: nós estávamos aqui em defesa do nosso concelho e para isso é que estamos a representar os nossos munícipes. Ora, sendo assim eu não encontrei, embora defendesse as ideias, parte a parte ou seja do Partido Socialista ou seja do PSD a não ser o benefício do nosso concelho. Temos até sido solidários, temos aprovado moções ou propostas pelo Partido Socialista ou propostas pelo PSD para defesa do nosso concelho e o José Luís tem sido um elemento muito activo e muito primordial. Se de facto o José Luís apresentou a suspensão do seu mandato por motivos de saúde, ou por motivos de força maior, tudo muito bem, temos que entender, mas eu peço ao José Luís que reconsidere e que faça um sacrifício para nos ajudar a todos a defender o nos-

so concelho. Também queria dizer que aqui na nossa Assembleia nos temos pautado por valores sentimentais, valores que hoje mesmo no princípio se pediu um minuto de silêncio perante o pai de um nosso colega, isso é muito bom coisa que se calhar há outros lugares onde se dizem Assembleias nas quais não há esta solidariedade, não há estes valores. Mas devemos primar por eles, devemos tê-los em conta e quando é para nos ajudar uns aos outros deixar as politiquices para trás porque nós estamos aqui, sendo homens a defender valores, a defender princípios e a defender o nosso concelho. Quero deixar mais uma vez a solidariedade para com o José Luís concretamente e para o Vítor, se me permite e também queria dizer que nas horas difíceis é precisamente quando precisamos quem nos dê uma palavra de alento, porque todos nós temos momentos de desânimo e temos momentos mais emotivos. Também gosto quando as pessoas me apoiam nas horas difíceis, que eu também já passei por elas.” ----- Interveio o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Avelanoso, José Quina. Alertou e sugeriu que, na sua freguesia, existe um tanque abastecido por água de consumo humano, donde é água tratada e portanto mais cara, quando facilmente se poderia abastecer através da nascente, bastando para o efeito executar pequenas ligações, não muito onerosas, evitando-se dessa forma o desperdício de água tratada. Relativamente à recuperação de fachadas disse concordar com o senhor deputado Vítor Paiva mas sublinhou que os senhores Presidentes de Junta pouco mais podem fazer do que sensibilizar as pessoas para o facto. Considerou que deveria ser a Câmara a obrigar os particulares a reconstruírem segundo determinadas regras por forma a manter-se a traça original e com materiais originais. Reconheceu que por vezes não é possível porque os proprietários querem recuperar da forma mais rápida e económica, sendo que, se não for possível dessa forma não o fazem. ----- Para responder foi dada a palavra ao senhor Vice-Presidente. Quanto à questão da água do tanque agradeceu a informação/observação e comprometeu-se a analisá-la. Quanto ao facto de incentivar a recuperação de casas mantendo a traça e materiais originais referiu que a Câmara só pode actuar mediante a elaboração e aprovação de planos de pormenor que, se, por um lado, obrigam a construir mediante as regras estabelecidas, por outro, podem levar a que ninguém queira reconstruir aumentando os imóveis em estado de abandono e risco de ruína. As medidas

de incentivo à reconstrução podem passar pela redução de taxas de licenciamento, por exemplo. Lembrou que está a iniciar-se o processo de revisão do PDM donde, caso a Assembleia considere pertinente, poder-se-à pensar num plano de pormenor para determinadas localidades ou os núcleos históricos consolidados das mesmas, sublinhando que no âmbito do Parque Ambiental é isso que está pensado para Angueira, Serapicos e S. Joanico. -----  
----- Pediu e foi autorizado a intervir o senhor Vereador Jorge Fernandes. “Relativamente ao pedido que o José Luís veio aqui apresentar, eu desconheço as tuas verdadeiras razões. Não conversamos sobre isto, nem tínhamos que conversar, no entanto eu penso que tu e praticamente todos os deputados municipais da bancada do Partido Socialista têm-se pautado aqui nesta Assembleia por uma oposição construtiva. Penso que é o teu caso, embora por vezes tenhas algumas intervenções algo mais acesas que qualquer outro deputado aqui presente, mas tens trazido algumas ideias positivas para o concelho e alguns temas do que se vai passando no dia a dia no concelho que são úteis para a Assembleia Municipal. A bancada do Partido Socialista, embora com poucos elementos, foi essa a vontade da população do concelho nas últimas eleições, tem trazido contributos positivos para esta Assembleia e tu és um elemento que eu entendo a pedires a suspensão, não sei se é suspensão ou renúncia, tu não disseste se vais suspender por algum tempo ou se vais renunciar ao teu mandato. Se renunciares penso que é mau para esta Assembleia Municipal e eu na qualidade de Presidente da Comissão Política do Partido Socialista desde já te faço o apelo para que te mantenas nesta Assembleia. Relativamente ao outro programa falou-se aqui de recuperação das casas. Tal como disse o Vice-Presidente da Câmara isso parte um pouco da vontade de cada um. Eu pessoalmente recuperei uma casa em Angueira em xisto e fui confrontado com os meus pais de que estaria a fazer mal em recuperar em xisto. Foi a minha vontade pessoal de manter assim a fachada e penso que já se verificou algo de útil para a aldeia porquê? Porque posteriormente à minha construção vieram já construções que mantiveram a fachada em xisto. Deu-se ali, alguma visibilidade à construção tradicional. Relativamente aos programas de apoio, e nisso nós poderemos falar na próxima reunião de Câmara, está contemplado no âmbito do PRODER um programa não sei se já viram no âmbito do LEADER que é um programa específico e tem

em vista a recuperação de casas tradicionais. Portanto penso que a Câmara, em conjunto com os Presidentes de Junta, com sensibilização à população poderá chegar-se a um programa de recuperação das aldeias mais tradicionais.” ----- Usou

da palavra o senhor deputado Luís Diz. Apelou ao senhor deputado José Luís que reconsiderasse o seu pedido de suspensão do mandato porque o seu papel nesta Assembleia tem sido positivo. No âmbito da recuperação de casas lançou a ideia de as IPS”s juntamente com a Câmara adquirirem casas devolutas, recuperarem-nas e aí instalarem idosos fazendo com que estes permanecessem nos locais onde sempre viveram evitando o desenraizamento, ao mesmo tempo que se geravam postos de trabalho. -----

--- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caçarelhos, Sérgio Pires, no âmbito da revisão do PDM considerou / sugeriu que era importante a empresa responsável reunir com os Presidentes de Junta a fim destes poderem expressar os seus anseios e opiniões relativas às suas freguesias. Sublinhou a importância de o canil entrar em funcionamento o mais rápido possível pois que têm surgido situações com cães (abandonados) que colocam em risco a segurança e saúde públicas. ----- No uso da palavra,

o senhor Vice-Presidente passou a responder/esclarecer algumas das anteriores intervenções. Na sequência do que disse o senhor vereador Jorge Fernandes, reforçou que a CORANE, associação que gere o programa LEADER+ na Terra Fria, a partir de Maio abrirá candidaturas, onde se incluem as da recuperação de património donde apelou a todos a atenção e a divulgação das e para as mesmas. Quanto à sugestão do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caçarelhos, Sérgio Pires, referiu que essas reuniões seriam feitas, até mesmo sessões públicas. Esclareceu que a revisão do PDM depende de todos os organismos que participam na mesma, donde não é só a vontade das autarquias que prevalece, deixando antever que poderá haver alguns anseios que não encontrarão eco. Relativamente ao canil intermunicipal informou que houve atrasos por parte do empreiteiro tendo este dado o final do mês de Abril para entregar a obra. No que concerne à sugestão do senhor deputado Luís Diz, sublinhou que a Câmara está sempre disponível para intervir no âmbito da acção social como aliás é reconhecido. Referiu que não é fácil a Câmara adquirir casas em ruínas até porque, sendo a Câmara a comprar, os preços

sobem muito. Sublinhou todos os apoios que a Câmara tem dado às IPS's, tendo informado que vai ser estabelecido mais um protocolo no sentido de financiar a actividade física dirigida aos idosos institucionalizados, além de uma animadora cultural, no estágio que vai realizar na Câmara, direccionar o seu trabalho, também, para os lares. -----

----- Usou da palavra o senhor deputado José Luís Rodrigues. Agradeceu os apelos a que reconsiderasse, no entanto disse que o seu pedido de suspensão pelo período de três meses se mantinha. Continuou dizendo: “ eu tenho a consciência do que realmente eu fiz aqui. Não tenho a veleidade de dizer que fiz o melhor, não há ninguém que não cometa erros e, eu cometo e quero continuar a cometer. Não renuncio à liberdade de me poder enganar, agora o que fiz aqui foi sempre com intenção de fazer o melhor, não para mim, mas para o concelho. Nunca pedi nada em meu favor, foi sempre relativamente ao concelho, e preocupei-me aqui, aliás entrei em grandes críticas consigo senhor deputado (Vítor Paiva) e com o professor Acácio relativamente à questão de não vamos discutir grandes políticas nacionais, vamos voltar para o nosso concelho, verdade? Lembra-se. Eu lutei sempre pelas condições e lutei por aquilo que é nosso aqui na terra. Agora, neste momento julgo que não tenho condições, portanto não me levem a mal, não saio daqui chateado com ninguém, quero continuar a beber um copo com qualquer de vocês, não quero deixar de exercer aqui o meu direito de poder votar e ser interventivo mas, neste momento, acho que, se estou chateado é comigo próprio, não tenho motivos para estar na Assembleia.” -----

----- O senhor deputado Vítor Paiva usou da palavra para uma vez mais sublinhar que ficava muito contente com o facto de a Assembleia ter debatido a questão da defesa das fachadas. Sublinhou que há cerca de doze anos que vinha a defender esta causa na Assembleia Municipal situação que até lhe valeu alguns dissabores com pessoas que certamente não compreenderam o alcance da sua preocupação. Disse ainda: “ Não podia deixar de falar nesta Assembleia da intervenção do último ano do senhor Presidente da República. Ele abriu a intervenção falando na agricultura. Ora nós estamos num concelho essencialmente agrícola e que vive do sector primário embora queiramos que vá um pouco para a indústria mas ainda não demos esse passo definitivo. Uma das coisas que apresentou foi porque é que o Governo deixou ir para Bruxelas

outra vez mil e quinhentos milhões de euros que vieram destinados à agricultura que não foram aproveitados. Ora vivendo nós de um sector agrário como este não podemos deixar de lamentar quer essas políticas quer a política à posterior que o Ministro veio dizer que o agricultor português tinha uma rentabilidade em mais vinte ou trinta por cento do que o agricultor europeu. Eu pergunto e questiono-me onde é que está essa possibilidade de vida, essa rentabilidade de vida para os agricultores em relação aqui os nossos vizinhos espanhóis que todos conhecemos. Sabemos que o agricultor espanhol tem subsídios para tudo, o agricultor espanhol tem água de regadio posta à porta só tem de desaparafusar a mangueira, a torneira e tem a água a correr para os seus prédios e nós aqui não temos absolutamente nada e, se ainda temos alguma coisa é à custa da Câmara ou das Juntas de Freguesia que aproveitam os riachos os poucos riachos que existem para esse efeito. Isto é perfeitamente lamentável, não podia deixar de me manifestar aqui a pobreza de espírito de pessoas dessa natureza que não aproveitam aquilo que vem gratuitamente para Portugal fundamentalmente para a agricultura portuguesa.” -----

----- A esta intervenção respondeu o senhor deputado José Luís Rodrigues. “Dr. Vítor não é bem assim. O nosso concelho não é essencialmente agrícola ou se é essencialmente agrícola é à base da população já reformada. Queira saber que naquele estudo encomendado aqui pela Câmara quando foi elaborada a carta educativa, e estas coisas não mudaram assim tanto, se mudaram foi para pior, a agricultura no nosso concelho já só representa vinte e cinco vírgula cinco, vinte e cinco vírgula três a indústria e comércio quando os bens e serviços ainda são quarenta e nove vírgula dois. Portanto se nós queremos temos aí que fazer os que ainda cá estamos novamente aquilo que disse. Vamos trabalhar cá os que cá estamos. Eu também aposto e acredito que a agricultura ainda possa ser a saída deste concelho. Vamos ver a crise que agora vamos viver, que estamos a atravessar já mas que ainda não chegou ao pico, senão fará mudança de atitudes para que as pessoas se agarrem ao sector primário, assim eu gostaria.” ----- O senhor deputado Vítor Paiva, usou novamente da palavra para felicitar a disponibilidade do senhor deputado José Luís para o debate desafiando-o a discutir o sistema agrário na próxima sessão desta Assembleia. ----- O senhor deputado Aníbal do Rosário considerou a discussão / debate acerca do

sector agrícola muito importante, mostrando-se e assumindo-se como um amante da agricultura. Em jeito de conclusão sobre esta temática recordou um ditado que diz: “ quem suja os sapatos nas bostas das vacas, não faz as leis na Assembleia da República”, considerando que o Senhor Ministro da Agricultura é mais homem de cidade do que de agricultura. ----- **Ponto**

**Quatro) – PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA.** ----- Não se registaram intervenções neste período. -----

----- Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada, irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

---

O 1º Secretário da Assembleia Municipal

---

O 2º Secretário da Assembleia Municipal

---